



**PREFEITURA MUNICIPAL
CONCEIÇÃO DE IPANEMA – MG
CNPJ: 18.334.300/0001-72**

Conceição de Ipanema, 06 de Maio de 2019

Ofício nº024/2019.

Do Gabinete do Prefeito

Para Presidente da Câmara Municipal

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 09/2019

Senhor Presidente,

Valho-me do presente, para encaminhar a Vossa Excelência e a seus demais pares, para apreciação na forma do regimento interno dessa Casa, o incluso Projeto de Lei nº 09/2019, que dispõe sobre a “Política Municipal de Turismo no município de Conceição de Ipanema e dá outras providências”.

Outrossim, necessário esclarecer que está lei tem por objetivo adaptar o município de Conceição de Ipanema às diretrizes da Organização Mundial de Turismo, do Ministério do Turismo, da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais e de Circuito Turístico, atento aos preceitos de desenvolvimento regional, de sustentabilidade e de construção participativa do planejamento turístico do município.

Limitado ao exposto e na certeza da dedicação costumeira que os componentes dessa Egrégia Casa Legislativa têm dedicado à administração atual, renovo os meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

Atenciosamente,

Samuel Lopes Lima
Prefeito Municipal de Conceição de Ipanema

**Câmara Municipal
Conceição de Ipanema - MG
PROTOCOLO**

13 105 12019
Louvia

**Excelentíssimo Senhor Odair José Alves Emídio
Presidente da Câmara Municipal de Conceição de Ipanema.
Conceição de Ipanema – Minas Gerais**



PREFEITURA MUNICIPAL CONCEIÇÃO DE IPANEMA – MG CNPJ: 18.334.300/0001-72

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei ora encaminhado visa adaptar o município de Conceição de Ipanema às diretrizes da Organização Mundial de Turismo, do Ministério do Turismo, da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais e de Circuito Turístico, atento aos preceitos de desenvolvimento regional, de sustentabilidade e de construção participativa do planejamento turístico do município

O turismo contribui para o bem-estar econômico do nosso município, através da criação de ocupação, trabalho e renda para os munícipes e da geração de receita para o setor público e privado. Ainda, constitui um instrumento educacional que auxilia, do mesmo modo, os visitantes e os residentes a aprenderem sobre a história, os recursos naturais e culturais e as conquistas econômicas de Conceição de Ipanema.

O turismo promove o aumento da autoestima da população local e cria um senso de interesse comum entre os residentes locais e seus visitantes. O desenvolvimento sustentável e a promoção ordenada do turismo para o município de Conceição de Ipanema são de interesse público, sendo a atividade turística considerada como propulsora de desenvolvimento.

Assim, é o presente projeto de lei, tem por objetivo adequar o Município de Conceição de Ipanema aos preceitos da Lei Estadual nº 18.030/2009, do Decreto Estadual nº 45.403/2010 e da Resolução SETUR MG nº 06/2010 os princípios de habilitação e pontuação na distribuição da parcela de ICMS pertencente aos Municípios pelo critério turismo. Diante do exposto, o Projeto de Lei destina-se ao cumprimento do requisito de possuir uma Política Municipal de Turismo, um dos passos para conquistar o recurso, ICMS TURÍSTICO, oferecido pelo Estado para aqueles Municípios que se comprometem com o desenvolvimento da atividade turística.

SAMUEL LOPES DE LIMA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA
ESTADO DE MINAS GERAIS

Mensagem ao Projeto de Lei nº 09 de 13 de 05 de 2019.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal e demais Vereadores,

Com cordiais cumprimentos, venho através deste encaminhar a esta egrégia casa, o Projeto de Lei que dispõe sobre a implantação da Política Municipal de Turismo no município de Conceição de Ipanema e dá outras providências.

O Projeto de Lei em epígrafe visa adaptar o município de Conceição de Ipanema às diretrizes da Organização Mundial de Turismo, do Ministério do Turismo, da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais e de Circuito Turístico, atento aos preceitos de desenvolvimento regional, de sustentabilidade e de construção participativa do planejamento turístico do município.

O município de Conceição de Ipanema é dotado de beleza natural e cênica, locais históricos, recursos culturais e de uma população, cuja diversidade e tradições, representam atrativos aos visitantes. Sendo assim, esses recursos devem ser preservados e amparados, não apenas porque são apreciados por outros concidadãos e por visitantes de outros lugares, mas por serem estimados pelos nossos munícipes.

O turismo contribui para o bem-estar econômico do nosso município, através da criação de ocupação, trabalho e renda para os munícipes e da geração de receita para o setor público e privado. Ainda, constitui um instrumento educacional que auxilia, do mesmo modo, os visitantes e os residentes a aprenderem sobre a história, os recursos naturais e culturais e as conquistas econômicas de Conceição de Ipanema.

O turismo promove o aumento da autoestima da população local e cria um senso de interesse comum entre os residentes locais e seus visitantes. O desenvolvimento sustentável e a promoção ordenada do turismo para o município de Conceição de Ipanema são de interesse público, sendo a atividade turística considerada como propulsora de desenvolvimento.

O Estado de Minas Gerais regulamentou através da Lei nº 18.030/2009, do Decreto Estadual nº 45.403/2010 e da Resolução SETUR MG nº 06/2010 os princípios de habilitação e pontuação na distribuição da parcela de ICMS pertencente aos Municípios pelo critério turismo. Diante do exposto, o Projeto de Lei destina-se ao cumprimento do requisito de possuir uma Política Municipal de Turismo, um dos passos para conquistar o recurso, ICMS TURÍSTICO, oferecido pelo Estado para aqueles Municípios que se comprometem com o desenvolvimento da atividade turística.

Sendo o que se apresenta no momento, antecipo agradecimentos e me disponho para quaisquer complementações que se fizerem necessárias.

Atenciosamente:


Samuel Lopes Lima
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Odair José Alves Emídio
Presidente da Câmara Municipal
CONCEIÇÃO DE IPANEMA/MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA
ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 09, DE 13 DE 05 DE 2019

Dispõe sobre a Política Municipal de Turismo no município de Conceição de Ipanema e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Conceição de Ipanema, Estado de Minas Gerais, aprova e eu Samuel Lopes Lima, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO**

Art. 1º A Política Pública de Turismo do município de Conceição de Ipanema, Estado de Minas Gerais, serve aos seguintes objetivos:

I. atender as diretrizes do Programa de Regionalização do Turismo, bem como das Políticas Públicas do Ministério do Turismo e da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais;

II. considerar em seus programas, projetos e ações os preceitos de sustentabilidade ambiental, econômica, sócio-cultural e político-institucional para o desenvolvimento da atividade turística;

III. cumprir os critérios descritos na Lei Estadual nº 18.030/2009, no Decreto Estadual nº 45.403/2010 e na Resolução SETUR MG nº 06/2010, que tratam da distribuição da parcela de ICMS pertencente aos Municípios pelo critério turismo;

IV. estimular o crescimento ordenado e o desenvolvimento sustentável da atividade turística para o município de Conceição de Ipanema;

V. promover a educação patrimonial nas escolas de ensino fundamental e médio, com a finalidade de desenvolver nos estudantes a compreensão do processo histórico local, o reconhecimento, a valorização, a preservação e a restauração do patrimônio cultural, natural, histórico e artístico dos bairros do município de Conceição de Ipanema;

VI. instaurar a atividade turística de forma que venha a despertar o respeito e o entendimento dos visitantes pelos valores, costumes, tradições e crenças do povo que mora neste município;

VII. pesquisar e monitorar o impacto da atividade turística sobre os direitos humanos básicos dos residentes locais, considerando os aspectos ambiental, econômico, sócio-cultural e político-institucional;

VIII. assegurar a igualdade de acesso, dos residentes e dos visitantes, às áreas públicas de recreação;

IX. assegurar a proteção dos recursos naturais e a preservação dos tesouros geológicos, arqueológicos e culturais nas áreas turísticas do município;

X. promover os interesses econômicos do município, estimulando a organização de festivais, feiras e exposições do artesanato e da produção associada ao turismo local;

XI. oferecer aos munícipes e visitantes a oportunidade de conhecerem o artesanato e a produção associada ao turismo, estimulando o comércio da produção local e das conquistas industriais do município;

XII. atrair os visitantes ao município, atendendo aos preceitos da hospitalidade;

XIII. garantir a segurança dos munícipes e visitantes e a proteção dos seus pertences e dos seus direitos enquanto consumidores;

XIV. proporcionar aos residentes e aos visitantes as melhores condições possíveis de saneamento público;

u



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA ESTADO DE MINAS GERAIS

XV. oferecer ao visitante o acesso imediato a procedimentos judiciais e garantias necessárias à proteção dos seus direitos;

XVI. facilitar o turismo no município através do desenvolvimento de uma infraestrutura essencial;

XVII. oferecer incentivos a investimentos privados de infraestrutura turística;

XVIII. disseminar entre os residentes do município e os funcionários públicos, um melhor entendimento quanto à importância do turismo para a economia local;

XIX. assegurar que o interesse turístico do município seja completamente considerado pela Administração Municipal em suas deliberações;

XX. harmonizar, ao máximo possível, todas as atividades e estruturas de apoio ao turismo do município com as necessidades do público em geral, as subdivisões políticas do município e o setor turístico local.

CAPÍTULO II RESPONSABILIDADES DO PODER EXECUTIVO

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal se responsabilizará pela implantação destas políticas.

Parágrafo único: A Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Lazer e Cultura auxiliará o Chefe do Poder Executivo Municipal na execução de suas responsabilidades referentes ao turismo.

CAPÍTULO III DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, LAZER E CULTURA

SECÃO I DOS OBJETIVOS

Art. 3º O município de Conceição de Ipanema, através da Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Lazer e Cultura, juntamente com as demais pessoas de natureza jurídica pública ou privada e a comunidade civil organizada, tem como objetivos prioritários:

I. estimular o desenvolvimento da infraestrutura, das instalações, dos serviços dos produtos e dos atrativos turísticos do município;

II. mensurar e qualificar periodicamente a oferta turística local;

III. criar oportunidades para educação e treinamento profissional das ocupações relacionadas à hospitalidade e ao turismo;

IV. estimular a cooperação entre a Administração Pública Municipal, os indivíduos, as comunidades e as pessoas jurídicas, para o progresso dos interesses turísticos do município;

V. pesquisar constantemente, o Setor Público, o Privado e a comunidade, acerca da elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos programas e políticas de turismo do município;

VI. desenvolver um plano abrangente de promoção do município de Conceição de Ipanema em outros Municípios, Estados e Países;

VII. medir e prever o volume do fluxo turístico, as receitas e o impacto da atividade turística em termos ambientais, econômicos, sócio-culturais e político-institucionais;

VIII. conceder a liderança àqueles que se interessarem pelo turismo no município;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

IX. desempenhar outras funções necessárias ao crescimento ordenado e ao desenvolvimento sustentável da atividade turística no município.

**SECÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES**

Art. 4º São atribuições da Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Lazer e Cultura:

I. auxiliar o Chefe do Poder Executivo Municipal e o Comitê Gestor de Políticas de Turismo, instituído nesta Lei, a fim de garantir que o interesse turístico municipal receba uma atenção completa e justa nas deliberações da Administração Municipal, especialmente as relacionadas ao planejamento e zoneamento, às obras de utilidade pública, às estradas, à educação, à cultura, ao meio ambiente e à segurança;

II. identificar todos os setores da Administração Municipal cujas políticas e programas tenham um efeito significativo sobre a atividade turística;

III. monitorar as políticas e programas que se relacionem com a atividade turística;

IV. notificar os órgãos competentes quanto aos efeitos de suas políticas e programas sobre a atividade turística do município e, se necessário, sugerir modificações e melhorias;

V. estimular o Setor Turístico a retratar, de forma precisa, a identidade e a imagem do município, enfatizando seu patrimônio natural, cultural, histórico e artístico;

VI. estimular o desenvolvimento de material informativo para os visitantes, que irão, entre outras coisas:

a) descrever a história, a economia, as instituições políticas, os recursos naturais, o patrimônio cultural, as instalações recreativas ao ar livre e as principais festas do município;

b) estimular os visitantes a protegerem as espécies ameaçadas, os recursos naturais e os tesouros culturais;

c) instaurar a ética no tratamento dos recursos culturais e naturais do município.

VII. fomentar um entendimento entre os residentes do município e os funcionários públicos sobre a importância da hospitalidade e do turismo para o município;

VIII. estimular a redução de barreiras de caráter arquitetônico, ou de qualquer outro tipo, que impeçam a mobilidade de pessoas portadoras de deficiência física;

IX. colaborar com a Secretaria Municipal de Saúde, ou outro equivalente, para que córregos, rios e nascentes localizadas em terras públicas estejam livres de poluentes e não ofereçam perigo para os fins turísticos e recreativos, adotando medidas necessárias, incluindo a criação de material público informativo, para atrair a cooperação dos moradores e visitantes com os esforços do município no sentido de proteger os recursos naturais do seu uso excessivo e destruição;

X. colaborar com a Secretaria Municipal de Saúde, ou outro equivalente, para que a mesma fiscalize o cumprimento dos padrões de saneamento nos equipamentos de hospedagem, de alimentação e de outras instalações existentes para os turistas em visita ao município;

XI. colaborar com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para a manutenção das estradas e pontes do município, facilitando assim o acesso aos atrativos e produtos turísticos;

XII. atuar junto às administrações públicas federal e estadual no objetivo de fomentar o desenvolvimento da infraestrutura turística do município, trabalhando também para a preservação e restauração de locais históricos que sejam atrativos para o turista;







PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA ESTADO DE MINAS GERAIS

XIII. orientar os membros dos órgãos de Segurança Pública e os funcionários públicos municipais para que recebam bem os visitantes, considerando os preceitos da hospitalidade;

XIV. orientar o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR para que o mesmo estimule a apresentação de programas de capacitação e qualificação em serviços turísticos para os que trabalham com hospitalidade e disponibilize a educação para o turismo, cultura e meio ambiente nas escolas do município;

XV. orientar o setor responsável pela liberação de Licenças e de Autorizações, para que o mesmo institua padrões rigorosos, porém sensatos, para o licenciamento dos serviços de transporte, coletivo ou individual, tais como táxi, van, ônibus, barcos entre outros.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO – COMTUR

Art. 5º O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR é órgão normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento, regulamentado por legislação específica, nos termos do art. 180 da Constituição Federal, cuja premissa é promover o crescimento ordenado e incentivar o desenvolvimento sustentável do município através da atividade turística, considerando os aspectos ambientais, econômicos, sócio-culturais e político-institucionais.

Art. 6º O Chefe do Poder Executivo Municipal nomeará um número de membros, representantes da administração pública, iniciativa privada e comunidade civil organizada, envolvidos com a atividade turística, para compor o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR.

§ 1º Os membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR serão eleitos por seus pares, de forma a representar os diversos componentes do Setor Turístico local.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR exercerão cargos não remunerados por período de tempo estabelecido no decreto de nomeação.

§ 3º O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR atuará na consultoria para o desenvolvimento de políticas de marketing turístico e para a coordenação dos programas de turismo do município, juntamente com as organizações promocionais da área e o Setor Privado.

§ 4º O Conselho Municipal de Turismo – COMTUR escolherá entre seus membros um Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretário.

Art. 7º Os Conselheiros podem ser afastados em função de ação judicial, podendo ser exigido que se abstenha de oferecer consultoria sobre qualquer matéria que envolva um projeto no qual possuam interesse financeiro direto.

CAPÍTULO V DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO – FUMTUR

Art. 8º O Chefe do Poder Executivo Municipal instituirá e cumulará de recursos o Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DE IPANEMA
ESTADO DE MINAS GERAIS**

§ 1º O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, regulamentado por legislação específica, nos termos do art. 167, inciso IX, da Constituição Federal, e dos artigos 71 a 74 da Lei Federal nº. 4.320/64 é de natureza especificamente contábil, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Desporto, Lazer e Cultura.

§ 2º O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR destina-se ao financiamento das atividades relacionadas ao turismo no município, visando sempre à promoção das atividades de resgate, valorização, manutenção e preservação do patrimônio natural, cultural, histórico e artístico; destina-se também à promoção do crescimento ordenado e do desenvolvimento sustentável da atividade turística no município.

§ 3º O Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR será administrado pelo Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, que utilizará seus recursos mediante editais, abertos para a comunidade local, que estabelecerão os critérios para aprovação dos projetos.

Art. 9º O Poder Executivo Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados de sua vigência, regulamentará a presente lei.

Art. 10 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Conceição de Ipanema/MG, 13 de 05 de 2019.


Samuel Lopes Lima
Prefeito Municipal